

## Visões de Marx sobre a política: uma introdução

*Caio Bugiato<sup>1</sup>*

Toda a concepção de Marx não é uma doutrina, mas um método. Não oferece dogmas factuais, mas pontos de partida para a investigação adicional, e o método para tal investigação. (Carta de Engels a Sombart, 11.3.1895).

**Resumo:** O objetivo desse trabalho é, mediante uma pesquisa teórica na obra de Karl Marx, reunir, apresentar e sistematizar suas ideias sobre política. Assim, elencamos noções de Marx sobre formação de classe, classe social e fração de classe, burguesia e proletariado, forças sociais, luta de classes, Estado, política internacional, reforma e revolução, socialismo e comunismo, para então ao final do texto esboçar uma teoria marxiana da política, pertinente e atual para a análise científica, pelo menos enquanto perdurar o capitalismo.

**Palavras-chave:** Marx. Teoria. Política.

**Abstract:** The aim of this work is, through theoretical research in the work of Karl Marx, to gather, present and systematize his ideas on politics. Thus, we list Marx's notions about class formation, social class and class fraction, bourgeoisie and proletariat, social forces, class struggle, state, international politics, reform and revolution, socialism and communism, in order to at the end of the text trace out a Marxian theory of politics, pertinent and current to scientific analysis, at least as long as capitalism persists.

**Keywords:** Marx. Theory. Politics.

---

<sup>1</sup> Professor adjunto A-2 do Departamento de História e Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**Resumen:** El objetivo de este trabajo es, mediante una investigación teórica en la obra de Karl Marx, reunir, presentar y sistematizar sus ideas sobre política. Así que, juntamos nociones de Marx sobre formación de clase, clase social y fracción de clase, burguesía y proletariado, fuerzas sociales, lucha de clases, Estado, política internacional, reforma y revolución, socialismo y comunismo, para al fin del texto esbozas una teoría marxiana de la política, pertinente y actual para el análisis científico, al menos mientras perdure el capitalismo.

**Palabras clave:** Marx. Teoría. Política.

## Introdução

Este texto aborda a ideias de Karl Marx sobre política. Procuramos reunir em algumas páginas noções importantes do pensamento marxiano da maturidade (o velho Marx, cuja obra é controversamente periodizada entre o final da década de 1840 até seu falecimento em 1883) que, quando sistematizadas, formam uma teoria política notável e distinta de outras correntes teóricas. De maneira introdutória, apresentamos noções e buscamos uma sistematização de reflexões de Marx – desenvolvidas ou embrionárias, por vezes dispersas em sua vasta obra – sobre formação de classe, classe social e fração de classe, burguesia e proletariado, forças sociais, luta de classes, Estado, política internacional, reforma e revolução, socialismo e comunismo. Assim, corremos o risco, diante de magnitude dessa obra, de deixar outras de suas noções sobre política de fora destas linhas, o que é tanto responsabilidade quanto uma interpretação do autor sobre o legado marxiano.

Ao entendemos que política são as relações entre agentes sociais que envolvem poder, sendo o poder autoridade material e/ou ideacional que implica dominação-submissão, Marx tem muito a dizer. Não forjou uma teoria política, porém observou assiduamente as lutas entre classes e frações de classes sociais na Europa, sobretudo, o que lhe permitiu teorizar sobre disputas políticas nas sociedades capitalistas e pré-capitalistas a partir dos embates reais das forças sociais, assim como escreveu complexas análises sobre conjunturas políticas concretas.

Percebendo constantemente as relações da dimensão política com a econômica, sua “teoria política” foi então complementada pelo “tardio” estudo sobre a economia capitalista, que deu origem a *O Capital*, cujo próprio subtítulo *crítica da economia política* afirma a imbricação de ambas as dimensões. Nesse sentido, concordamos com Saes (1998), segundo o qual, a partir da concepção de modo de produção ampliado da corrente althusseriana<sup>2</sup>, é possível dar um tratamento teórico autônomo à dinâmica da política no pensamento marxiano e marxista – por mais que estes sejam complexos e multi- interdisciplinares –, mesmo que na realidade concreta tal dinâmica seja mais complexa. Portanto, as linhas que seguem não têm a intenção de indicar um politicismo na obra de Marx, contudo é um esforço que privilegia a dimensão da política em busca de uma síntese teórica – ainda que introdutória –, que tem como eixo a noção de luta de classes.

\*\*\*

Marx legou apenas noções (e não conceituou) sobre o fenômeno da classe social. Com uma leitura geral de sua obra podemos entender que: a) classes sociais são grupos cuja situação é definida pela inserção específica no processo de produção<sup>3</sup>,

---

<sup>2</sup> Althusser (1979) propõe, a partir de Marx, romper com uma interpretação idealista e economicista sobre o funcionamento das sociedades com um conceito de modo de produção mais sofisticado do que o que chama de modo de produção simples, em que superestrutura (ideologia, direito, Estado) é reflexo da infraestrutura (relações de produção e forças produtivas). O modo de produção ampliado é formado pelas instâncias econômica, política e ideológica, relativamente autônomas e articuladas entre si, sendo o econômico o nível que determina o funcionamento do todo social complexo, em última instância.

<sup>3</sup> Processo de produção é a produção e reprodução da vida material dos seres humanos (alimentos, roupas, moradia) que é apresentado por Marx nos *Grundrisse* como uma totalidade: “O resultado a que chegamos não é que a produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade” (MARX,

inserção essa que gera condicionantes que constroem a ação dos agentes sociais, e que pode propiciar, a depender das circunstâncias históricas concretas, a reunião desses agentes em coletivos que atuam como forças sociais em processos políticos nacionais; b) o processo de produção condiciona a existência de duas grandes classes, mas não as únicas, na sociedade capitalista, a burguesia – detentora dos meios de produção e do controle do processo produtivo geral – e o proletariado – detentor da força de trabalho, comprado pela burguesia em troca de salário e força motriz do processo produtivo geral; c) forças sociais são agentes sociais que, a partir do processo de produção, organizam-se, mobilizam-se e militam coletiva e notavelmente em prol de interesses comuns e para a consecução de determinados objetivos, procurando executar um programa político; e d) processo político nacional é a dinâmica das relações de poder entre grupos, classes sociais e frações de classes sociais no interior de um Estado-nacional, onde tais agentes entram em cooperação, conflito ou confronto e o Estado é o alvo principal de suas demandas<sup>4</sup>.

---

2011a, p. 53). No processo de produção a interação entre forças produtivas e as relações de produção configura o modo de produção. Sobre modo de produção ver *O Capital*, Livro III, cap. XLVII. Forças produtivas são os meios de produção (equipamentos, maquinaria, estrutura física, solo, energia) e a força de trabalho, empregada pelos humanos, voltadas para a produção e reprodução da vida material. Relações de produção são a organização social dos humanos sobre os meios de produção, de modo a conduzir o processo produtivo geral. No modo de produção capitalista – diferente de modos de produção pré-capitalistas – burguesia detém a propriedade privada dos meios de produção e o proletariado detém apenas sua força de trabalho, a qual é vendida para a burguesia (como uma mercadoria) por salário. Essa relação de produção é uma relação de exploração, em que a burguesia extorque o trabalho excedente do proletariado (mais-valor), e dominação, pois se configura uma relação de dominação-submissão, quem manda e quem obedece.

<sup>4</sup> Em *Reivindicações do partido comunista da Alemanha, Mensagem do comitê central à liga [dos comunistas] e A burguesia e a contrarrevolução*, Marx e Engels deixam claro que a burguesia luta para conquistar o Estado e subordinar a política pública aos seus interesses, assim como o Estado é alvo das demandas do

Assim, destacamos que no *Manifesto do partido comunista* (MARX e ENGELS, 2010a) e no *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 2011b) Marx e Engels apresentam uma noção de classe social que: a) não é economicamente determinada; e b) é um processo de formação<sup>5</sup>.

A organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre, e cada vez mais forte, mais sólida, mais poderosa. Aproveita-se das divisões internas da burguesia para obrigá-la ao reconhecimento legal de certos interesses da classe operaria, como, por exemplo, a lei da jornada de dez horas de trabalho na Inglaterra. Em geral, os choques que se produzem na velha sociedade favorecem de diversos modos o desenvolvimento do proletariado (MARX e ENGELS, 2010, p. 48).

Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator, nenhuma união nacional, nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma (MARX, 2011b, p. 142-143).

---

proletariado.

<sup>5</sup> Boito Jr. (2007) chama atenção para esta noção, assim como para diferenciação de formação de classe, entre burguesia e proletariado, para a cena política e para a revolução (conceitos arrolados a seguir). Recorremos ao seu estudo sobre Marx e Engels para nos auxiliar na explicação sobre as ideias políticas dos autores.

Entendemos, portanto, que uma classe social não se reduz ao lugar dos agentes no processo de produção, ou seja, não é um dado exclusivamente econômico. Mas seu lugar nesse processo jamais pode ser desconsiderado, pois dele saem os contornos e os limites de sua agência política. Fundada nas relações econômicas concretas, a classe social é construída, não dada. Objetivamente, ela se define a partir da posição dos agentes na estrutura econômica, mas apenas se constitui enquanto classe nas lutas, no processo de mobilização política, que envolve capacidade de agregar interesses e construir solidariedades. Em outras palavras, se a estrutura produtiva oferece os contornos objetivos possíveis para sua delimitação, circunscrevendo um campo de lutas e um conjunto provável de interesses comuns, sua concretização depende das práticas efetivas, da mediação de partidos, sindicatos, movimentos sociais, da luta político-ideológica que divide ou unifica, dissolve ou funde, isola ou promove a aliança das classes e frações de classe em luta. Ao considerar somente a estrutura econômica, objetiva, a classe social só existe enquanto virtualidade. O processo de constituição das classes numa realidade efetiva não é um percurso linear e progressivo, mas sim marcado por avanços e retrocessos, pela articulação entre condições objetivas e subjetivas. Tal movimento se inscreve em circunstâncias históricas determinadas, mas em constante mutação.

Considerar a classe social como uma construção, cujo fenômeno é econômico, político e cultural e objetivo e subjetivo (uma síntese de múltiplas determinações) implica em diferenciar o processo de formação de classes sociais e suas frações entre burguesia e proletariado. Os lugares ocupados no processo de produção, a divisão entre proprietários não trabalhadores e trabalhadores não proprietários, é a divisão fundamental que possibilita a formação da classe. Nos textos de Marx a formação da classe burguesa já aparece dada, como na passagem abaixo, enquanto a classe proletária (ou trabalhadora) é uma possibilidade real.

Nas duas revoluções [inglesa e francesa] a burguesia era a classe que efetivamente estava na ponta (Spitze) do movimento. O proletariado e as frações das classes médias não pertencentes à burguesia ou não tinham ainda interesses distintos da burguesia, ou ainda não formavam classes ou frações de classe desenvolvidas de modo independente (MARX, 2010c, p. 323).

No modo de produção capitalista a burguesia já está formada enquanto classe social, uma vez que seu processo de formação de classe se confunde com o próprio nascimento, o desenvolvimento e a sustentação do capitalismo. Marx esclarece esse processo ao tratar da assim chamada acumulação primitiva n' *O Capital*:

A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor direto e o meio de produção. Ela aparece como 'primitiva' porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. [...] Os capitalistas industriais, esses novos potentados, tiveram, por sua vez, de deslocar não apenas os mestres artesãos corporativos, mas também os senhores feudais, que detinham as fontes de riquezas. Sob esse aspecto, sua ascensão se apresenta como o fruto de uma luta vitoriosa contra o poder feudal e seus privilégios revoltantes, assim como contra as corporações e os entraves que estas colocavam ao livre desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem. [...] Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos

países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas (MARX, 2013a, p. 786-787)<sup>6</sup>.

Marx explica que “A burguesia vive em luta permanente; primeiro contra a aristocracia; depois, contra as frações da própria burguesia [...]; e sempre contra as burguesias de países estrangeiros” (MARX e ENGELS, 2010a, p. 48). Ou seja, escrevendo numa época em que Estados europeus ainda não tinham passado por revoluções burguesas, Marx e Engels se referem primeiramente à luta da burguesia contra a aristocracia feudal, que mesmo em Estado revolucionados pela burguesia, esta ainda lutava contra (ou se aliava aos) resquícios da ordem feudal e da aristocracia decadente. Segundo, se referem à luta da burguesia industrial contra frações não industriais (que se mobilizam contra o desenvolvimento da indústria) e/ou frações da pequena burguesia. Terceiro, à luta de cada burguesia nacional contra concorrentes de outros Estados, no exterior. A luta permanente da burguesia ainda encontra um quarto oponente: o proletariado.

Assim como a formação da classe burguesa, o proletariado como classe não decorre diretamente das relações de produção e das forças produtivas capitalistas (estrutura econômica) e, diferentemente da formação da classe burguesa, não é inevitável.

---

<sup>6</sup> Marx prossegue no mesmo capítulo, agora para dar um exemplo concreto: “A ‘Glorious Revolution’ (Revolução Gloriosa) conduziu ao poder, com Guilherme III de Orange, os extratores de mais-valor, tanto proprietários fundiários como capitalistas. Estes inauguraram a nova era praticando em escala colossal o roubo de domínios estatais que, até então, era realizado apenas em proporções modestas. Tais terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, por meio de usurpação direta, anexadas a domínios privados. Tudo isso ocorreu sem a mínima observância da etiqueta legal. O patrimônio do Estado, apropriado desse modo fraudulento, somado ao roubo das terras da Igreja – quando estas já não haviam sido tomadas durante a revolução republicana –, constituem a base dos atuais domínios principescos da oligarquia inglesa. Os capitalistas burgueses favoreceram a operação, entre outros motivos, para transformar o solo em artigo puramente comercial.

A estrutura econômica contém potencialmente a classe trabalhadora, que pode ou não se formar (se se considera apenas o nível econômico, objetivo, a classe social só existe enquanto virtualidade). As circunstâncias históricas concretas e a ação política de agentes, como partidos, sindicatos e movimentos sociais, possibilitarão ou não a conversão dessa classe potencialmente dada na estrutura econômica em uma classe ativa, cuja formação, interesses e objetivos serão definidos em processos de lutas. “O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com a sua existência” (MARX e ENGELS, 2010a, p. 47).

A formação da classe trabalhadora é um processo irregular, cumulativo e reversível e marcado por rupturas e saltos de qualidade. É igualmente um processo com frentes diferentes, não separadas, de luta. A primeira frente, a luta econômica contra a exploração da burguesia não é necessariamente uma ação coletiva dos trabalhadores enquanto classe, embora possa servir de base para a formação da classe. Os trabalhadores, produtores diretos coagidos pela propriedade privada a vender sua força de trabalho como mercadoria, estão sujeitos a situações que minam a formação de classe, como flutuações do mercado de trabalho, a concorrência de uns contra os outros, a substituição de sua força de trabalho pelas máquinas, entre outras. Na segunda frente, ação dos trabalhadores como classe se dá no terreno da política, constituído como força social distinta de outras classes sociais. As lutas podem fazer crescer a unidade e a organização do proletariado. Ademais, a própria burguesia compele proletariado para a luta política, dadas suas permanentes lutas inscritas no desenvolvimento e na sustentação do capitalismo, inclusive, obviamente, a luta pela exploração e dominação dos trabalhadores. Assim, o processo de formação do proletariado enquanto classe é um caminho mais árduo do que a formação da classe burguesa, mas é o caminho que conduz a processos revolucionários (BOITO JR., 2007).

Em *Mensagem do comitê central à liga [dos comunistas]*, Marx e Engels analisam demandas e interesses (burgueses e proletários)

de classes e frações de classe<sup>7</sup> sobre os rumos políticos da Prússia, apontando para pelos menos quatro forças sociais em questão: a grande burguesia, cujo interesse é a derrubada do feudalismo e do absolutismo, mas não descarta aliança com a aristocracia feudal; a pequena burguesia democrático-constitucional, cujo interesse é a criação de um Estado federativo democrático; a pequena burguesia republicana, cujo interesse é a formação de uma república federativa (essas três frações compõem o partido democrático); e o proletariado, cujo interesse é estalar uma revolução para que as classes proprietárias, grandes ou pequenas, sejam aliadas do poder estatal e este seja conquistado pelos trabalhadores (MARX e ENGELS, 2010b). Os interesses das forças sociais divergem e convergem. Por um lado, a pequena burguesia (ambas as frações) luta para derrubar a ordem política em que a grande burguesia e a aristocracia feudal, aliadas, preponderam – luta esta que converge com a do proletariado. Por outro lado, a pequena burguesia se opõe ao programa partidário do proletariado e se mobiliza contra ele. “A relação do partido operário revolucionário com a democracia pequeno-burguesa é a seguinte: ele a acompanha contra a fração que esta quer derrubar; ele se contrapõe a ela em tudo que seus membros querem estabelecer a favor de si mesmo” (MARX e ENGELS, 2010b, p. 62). A luta entre as classes e as frações de classes sociais provoca alianças e conflitos, a depender das circunstâncias. Ademais, como mostra Marx (2012a) n’ *As lutas de classes na França*, a luta de classes e frações é manifestada por meio de diversas ações, como os programas de ação de partidos e de outras organizações representativas, assim com as ideias desses agentes (contidas nos programas), as marchas e os protestos de rua, a greve, os votos nas eleições, no parlamento e outras instâncias do

---

<sup>7</sup> Em textos como *Mensagem do comitê central à liga [dos comunistas]*, *As lutas de classes na França* e *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, Marx analisa as classes e as **frações de classe**. Ele indica que a classe social, seja ela a burguesia, a aristocracia feudal ou o proletariado, não é homogênea. A formação da classe é condicionada pelo lugar que ocupa no processo de produção, mas em circunstâncias históricas concretas no interior da classe surgem divergências que opõem seus programas políticos e até as conduz ao confronto.

Estado, a formulação de leis e o uso da violência para derrotar o oponente (que no limite implica em guerra civil).

Em meio à dinâmica da luta de classes, encontramos no pensamento de Marx o papel do Estado. Ele não fez um estudo sistematizado sobre o Estado e suas relações com o e o capitalismo, nem apresenta um conceito claro de Estado capitalista. Contudo, sua concepção de Estado pode ser encontrada em passagens de suas obras de três formas, segundo Carnoy (1988). Primeiro, a forma do Estado emerge das relações de produção, isto é, não é o Estado que molda a sociedade, mas sim o Estado é moldado pela sociedade, na qual as relações de produção significam a dominação e a exploração de uma classe sobre a outra (burguesia sobre o proletariado):

[...] as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de 'sociedade civil' (MARX, 2008. p. 47).

Segundo, o Estado é a expressão política da estrutura de classe inerente à produção; numa sociedade de classe dominada pela burguesia<sup>8</sup>, o Estado é a expressão política dessa dominação; não está acima das classes; e sua intervenção nos conflitos de classe o consagra como meio de dominação de classe:

---

<sup>8</sup> Não há um conceito de classe dominante em Marx, mas se faz necessário neste texto expor o que entendemos por classe dominante nas obras em questão. Exercer preponderância econômica (propriedade dos meios de produção e controle do processo de produção), intensa influência no Estado (centro legal e legítimo do processo decisório na sociedade capitalista) e supremacia de ideias e valores na sociedade faz uma classe dominante (esse terceiro elemento, ideológico, é menos claro na obra d Marx).

[...]a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os *negócios comuns* de *toda classe* burguesa (MARX e ENGELS, 2010a, p. 42. Grifos nossos).

Vale acrescentar que à passagem acima que *toda a classe* significa as diferentes frações da burguesia, cujos *negócios comuns* são a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e a reprodução da força de trabalho como mercadoria.

Terceiro, o Estado representa o braço repressivo da burguesia e sua função repressiva mantém sob controle o antagonismo de classe; este aparelho repressivo da burguesia reforça a estrutura de classe<sup>9</sup> (CARNOY, 1988).

As lutas permanentes da burguesia a formam enquanto classe, processo esse que se concretiza com sua inserção no, e transformação do, Estado, perpetuando-se como classe dominante. Assim ela consegue subordinar a política pública aos seus interesses. O Estado então estabelece e legitima a propriedade

---

<sup>9</sup> Essa terceira forma está mais nítida no texto de Engels: “[Estado] é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. [...] Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida” (ENGELS, 2009, p. 159-160).

privada dos meios de produção, a exploração do trabalho assalariado e as demais condições necessárias para que o modo de produção capitalista possa se sustentar.

Pode parecer que a luta de classes está confinada ao espaço nacional dos Estados, mas não é essa a visão de Marx. Há trechos em sua obra que apresentam a vinculação entre a dimensão internacional e a nacional, como nas passagens a seguir:

É evidente que, para poder lutar em geral, a classe trabalhadora tem de se organizar internamente como classe, e a esfera nacional é o terreno imediato de sua luta. Nesse sentido, sua luta de classe é nacional, não segundo o conteúdo, mas, como diz o *Manifesto Comunista*, “segundo a forma”<sup>10</sup>. Mas os próprios, “marcos do atual Estado nacional” do Império alemão, por exemplo, situam-se, economicamente, “nos marcos do mercado mundial” e, politicamente, “nos marcos do sistema dos Estados”. Qualquer comerciante sabe que o comércio alemão é, ao mesmo tempo, comércio exterior, e a grandeza do sr. Bismarck reside justamente em sua forma de política *internacional* (MARX, 2012b, p. 36, grifos do autor).

Que na mais tremenda guerra dos tempos modernos o exército conquistador e o exército conquistado confraternizem no massacre comum do proletariado, esse evento sem paralelo na história não representa, como pensa Bismarck, a repressão final de uma nova sociedade que avança, mas a redução a cinzas da sociedade burguesa. A empresa mais heroica de que ela ainda é capaz é a guerra nacional, a qual se evidenciou agora como uma pura fraude dos governos, engendrada para retardar a luta de classes e a ser descartada toda vez que essa luta de classes

---

<sup>10</sup> Do *Manifesto*: “A luta do proletariado contra a burguesia, embora não seja na essência uma luta nacional, reveste-se dessa forma num primeiro momento. É natural que o proletariado de cada país deva, antes de tudo, liquidar sua própria burguesia” (MARX e ENGELS, 2010, p. 50)

desemboque em guerra civil. A dominação de classe já não é mais capaz de se disfarçar sob um uniforme nacional; os governos nacionais são *um* só contra o proletariado! (MARX, 2011c, p. 77-78, grifos do autor).

Nessas e noutras passagens, Marx desafia a distinção entre “política doméstica” e “relações internacionais” e trata essas duas dimensões de modo articulado, isto é, de modo que uma interfere sobre a outra e vice-versa. Desenvolve uma visão de mundo internacionalista, em que nacional e internacional estão vinculados pela dinâmica da luta de classes<sup>11</sup>. Em suas reflexões sobre política internacional, portanto, o internacional (fenômenos como a guerra, por exemplo) e o nacional (um processo revolucionário que estala de início no espaço nacional, no caso) são apresentadas como elementos indissociáveis. Como menciona Halliday, (1999), a luta de classes não ocorre apenas no interior, mas também entre dos Estados nacionais. A visão de mundo mais apropriada para a análise de Marx sobre a política internacional não é o simples conflito entre Estados, mas sim, segundo esse mesmo autor, um conflito social cada vez mais internacional, mediado e fragmentado pelos Estados (HALLIDAY, 1990, p. 221). Assim são tratadas, em *A guerra civil na França*, a Guerra Franco-Prussiana, a Comuna de Paris e a sua supressão: constituem um evento único, que transpassa as fronteiras nacionais.

Percebemos, assim, que nas dimensões nacional, estatal e internacional, e suas imbricações, a luta de classes e frações de classe é central na análise de Marx sobre a política. Continuemos, portanto, o desenvolvimento dessa noção em direção às ideias de reforma e revolução. Já vimos que a estrutura econômica possibilita a organização de coletivos com interesses opostos. Porém isso é apenas uma possibilidade. Na estrutura econômica burgueses e proletários (classe trabalhadora ou não) podem construir um campo de interesses comuns, assim como no terreno da política

---

<sup>11</sup> Sobre as algumas reflexões de Marx e Engels acerca da política internacional, ver BUGIATO, 2017.

(então o proletariado constituído como classe trabalhadora) . Por exemplo, capitalistas industriais e trabalhadores urbanos podem formar uma frente de defesa de um programa de industrialização, enquanto outras frações burguesas, nacionais e estrangeiras, mobilizam-se para enterrar tal programa e os trabalhadores rurais, organizados ou não, são indiferentes. Isto é, capitalistas industriais e trabalhadores podem cooperar e o antagonismo é apenas latente.

Em segundo lugar, a luta entre as classes sociais assume **tipos e formas**. Ela pode ser de **tipo intraclasse**, entre frações da mesma classe social, ou **interclasse**, quando por exemplo duas classe dominantes – a burguesia ascendente e a aristocracia feudal decadente – se unem para derrotar as reivindicações e o programa da classe trabalhadora, como mostra Marx (2013b) em *As lutas de classes na França*. Assim como a luta de uma fração de classe pode ser de dois tipos, intraclasse e interclasse, concomitantemente. A luta de classes pode assumir a **forma de luta preventiva** (a expressão é de Elster, 1989): ações deliberadas da burguesia, como um todo ou fração(ões), com a finalidade de impedir a formação da classe trabalhadora. Ações econômicas como o aumento do desemprego e da concorrência entre os trabalhadores, ações políticas e jurídicas como criminalização de partidos e sindicatos, ações ideológicas como ampla propaganda de difamação de frações do proletariado e seus representantes, entre outras, são algumas possibilidades, que em geral são multifuncionais (congregam mais de uma dimensão mencionada) e se utilizam da atividade do Estado. Essa forma de luta parece mais eficiente do que a repressão violenta, que pode ter o efeito colateral de organizar o proletariado. Nessa forma de luta de classe, o proletariado é apenas um conjunto de grupos que tendem a voltar-se para a luta econômico-reivindicativa e não se constituem como força social. Quando duas ou mais classes ou frações de classe (formadas) opõem seus interesses e objetivos, a luta de classes assume as **formas de conflito ou confronto**. No conflito, opõem-se modelos econômicos, programas políticos, ideias e valores, mas não se utilizam da violência. No confronto, ocorre uma luta aberta e direta entre as forças sociais, com o uso da violência.

O conflito de classe está evidenciado por Marx n' *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, o confronto no *Manifesto do partido comunista*. Naquele, como em outras obras históricas de Marx e Engels (*Luta de classes na França, Revolução e contrarrevolução na Alemanha, A guerra camponesa na Alemanha*), Marx usa a noção de classe social para indicar a ação e a luta dos agentes sociais, definidos em função de sua inserção no processo produtivo, pela apropriação da riqueza produzida na ordem econômica vigente, pela influência no Estado existente e, também, pela supremacia no terreno das ideias e dos valores sociais. Nesse caso não se trata, de mudar a sociedade, mas sim, do ponto de vista da luta dos trabalhadores, de reformá-la. Em *O 18 de brumário* e em *Luta de classes na França*, Marx considera o proletariado de Paris, embora seja uma força social organizada, não está mobilizado em torno de um programa socialista, mas sim em torno de um programa de reformas sociais.

No *Manifesto do partido comunista* os agentes de classe deixam de ser apenas potencialmente antagônicos e a luta entre eles coloca na ordem do dia a mudança das relações de produção e do tipo de Estado, isto é, a transformação revolucionária da sociedade. No *Manifesto* Marx e Engels apresentam a instauração da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção vigentes como o elemento gerador de um desequilíbrio sistêmico que caberia à luta de classes resolver. A era de revolução social é aquela em que o desenvolvimento das forças produtivas é truncado, e não mais estimulado, pelas relações de produção existentes e as classes sociais como coletivos organizados e em luta, representam de um lado as relações de produção "caducas", lutando pela preservação da estrutura social vigente e, de outro, outra classe representa as forças produtivas em ascensão, lutando pela mudança histórica – do feudalismo para o capitalismo ou do capitalismo para o socialismo. Não se trata, portanto, de um conflito econômico ou político qualquer, mas de um confronto particular numa fase bem delimitada do processo histórico, um período de

revolução<sup>12</sup>. Que não se limita ao espaço nacional, mas sim têm propensão internacional (ou seja, assim como o cosmopolitismo burguês que tende a transformar mundo todo à sua imagem e semelhança por meio da expansão das relações capitalista, o internacionalismo proletário busca alastrar a revolução). Marx e Engels, ao elucidarem que “finalmente, nos períodos em que a luta de classes se aproxima da *hora decisiva*, o processo de dissolução da classe dominante, de toda velha sociedade adquire um caráter tão violento e agudo [...]” (MARX e ENGELS, 2010a, p. 49) apontam para a existência então de momentos decisivos da luta de classes, a revolução, expresso no *Manifesto* e momentos não decisivos, a luta de classe em forma de conflito, n’ *O 18 de brumário*<sup>13</sup>.

O processo de revolução (transformação estrutural de um modo de produção; salto cataclísmico de um modo de produção para outro) é agência de um coletivo político que passa imprimir mudanças prévias no Estado (fator de coesão da sociedade dividida em classes), isto é, uma revolução política que põe em marcha a formação de um novo tipo de Estado, antes mesmo da revolução na economia (como a revolução burguesa sobre a qual escreve Marx no capítulo XXIV d’ *O Capital*), do choque entre forças produtivas e relações de produção. Sobre o processo de transição ao socialismo e ao comunismo, Marx se abstivera que qualquer

---

<sup>12</sup> Consideramos que não há uma teoria (corpo teórico articulado e acabado) da revolução em Marx, mas sim reflexões em direção a uma construção teórica, dinâmica e inacabada e para pensar o real e elaborar novas ideias a partir do próprio real.

<sup>13</sup> Mencionamos ainda a distinção que fazem da cena política e da luta de classes. N’ *O 18 de brumário* Marx (2011b, p. 59-60.) distingue uma realidade aparente e superficial de uma realidade essencial e profunda, cuja relação é ocultação e dissimulação da primeira pela segunda. Enquanto a realidade profunda se refere ao campo da luta de classes, isto é, da ação concreta das forças sociais (realidade essencial), a realidade superficial ou a cena política é o lugar da representação de tais forças (realidade aparente). Entretanto, em períodos revolucionários, luta de classes tende a eliminar a cena política, mostrando abertamente os interesses de classe e de frações de classe na hora decisiva, como dizem no *Manifesto*.

descrição detalhada, uma vez que suas características estariam no processo histórico ainda por vir. Mas tinha clareza da luta política a ser travada pelo proletariado organizado em classe, como relata Marx sobre a Comuna de Paris:

Eis o verdadeiro segredo da Comuna: era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política [novo tipo de Estado] enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho (MARX, 2011c, p. 59)<sup>14</sup>.

Ainda que tenha se abstido de refletir sobre o processo de transição, Marx (2012b) na *Crítica do programa de Gotha* – assim como no *Manifesto* – indica duas fases da sociedade comunista. A primeira, o socialismo, sucede imediatamente o capitalismo mediante a tomada do poder estatal pelo proletariado, que se torna a nova classe dominante e constrói um novo tipo de Estado. O proletariado como classe dominante e o novo tipo de Estado que aplica seu programa revolucionário é o que Marx chama da ditadura do proletariado, a inversão da dominação de classe. Esse Estado proletário busca varrer as forças da velha sociedade, proteger o proletariado dos seus inimigos e executar o programa de transição: arranca gradativamente todo o capital da burguesia, ou seja, promove gradualmente a transferência das empresas para a autoridade do Estado e impulsiona o aumento todas das forças produtivas. Nessa fase a divisão de classes persiste e a luta de classes se intensifica com a reação a burguesia (inclusive internacional). Igualmente, a economia de mercado e o direito burguês persistem, manifestando-se na distribuição de bens, embora não resultem da propriedade privada, de acordo com a quantidade de trabalho proporcionado por cada um para a sociedade, não com

---

<sup>14</sup> Sobre tal processo, ver as inconclusivas e incompletas passagens de Marx e Engels indicadas no capítulo 4 de Cohan (1981).

as suas necessidades. Nessa nova ordem as forças produtivas se desenvolvem rapidamente, junto com as novas relações de produção criadas pelo Estado proletário, e a sociedade ingressa na fase superior da sociedade comunista, em que as classes sociais como as conhecemos no capitalismo desaparecem (o que não significa que desaparecem conflitos políticos), o Estado desaparece, isto é, deixa de ser uma instituição de opressão de classe (mas não significa que não existam outras formas de organização política) e a abundância de bens poderia ser distribuída a cada um segundo suas necessidades, de modo que “[...] a sociedade então poderá escrever em sua bandeira: ‘De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!’ (MARX, 2012b, p. 32). Ademais, Marx enfatizava o caráter internacional da revolução, que não poderia ter lugar isoladamente numa formação social, e afastadas umas das outras, mas sim seria obra de um conjunto decisivo de forças sociais proletárias agindo simultaneamente nos Estados nacionais – “Proletário de todos os países, uni-vos” (MARX e ENGELS, 2010, p.69). O processo (imprevisível) de transição para Marx se configura como uma destruição criadora: ao mesmo tempo em que a agência política via Estado elimina os elementos que conservam o modo de produção capitalista, desenvolve sua forças produtiva e cria novas relações de produção e de sociedade, elementos de um modo de produção comunista<sup>15</sup>.

### **Considerações finais: lições de Marx para análise da política.**

A primeira lição de Marx para a análise científica da política é distinguir a chamada cena política da luta de classes. Marx (2011b) distingue uma realidade aparente e superficial de uma realidade

---

<sup>15</sup> É pertinente mencionar que Marx (2013b) rejeita, embora sua argumentação seja incompleta, o caráter etapista do processo de transição, em que uma sociedade deveria passar primeira pelo capitalismo para então depois atingir o socialismo. Na carta a Vera Zasulich, admite que uma sociedade pré-capitalista, como a comuna rural russa, poderia por intermédio de uma revolução, para uma sociedade superior.

essencial e profunda, cuja relação é ocultação e dissimulação da primeira pela segunda. Desse modo, enquanto a realidade profunda se refere ao campo da luta de classes, da prática política das classes e frações, isto é, da ação concreta das forças sociais (realidade essencial), a realidade superficial ou a cena política é o lugar da representação de tais forças (realidade aparente). A cena política é então uma realidade superficial, enganosa, que deve ser desmistificada, despida de seus próprios termos, para que se tenha acesso à realidade profunda dos interesses e das ações de classe. Os agentes da cena política não declaram os interesses que representam. A sociedade burguesa é uma sociedade anônima e os agentes da burguesia mantêm o anonimato de classe (BOITO JR., 2007). Tampouco tais agentes correspondem diretamente a interesses que por ventura venham a declarar, dado que a representação de classe na cena política não é, na maioria das vezes, unilinear, mas, sim, ocorrem dissimulações e defasagens. Assim, não podemos incorrer no erro de investigar os agentes da cena política por narrativas, nomenclaturas e bandeiras que eles mesmos se atribuem, correndo o risco de permanecer na superfície enganosa do fenômeno. Esse procedimento serve tanto para a dimensão internacional (Estado, diplomacia, forças armadas, organizações internacionais) quanto para a dimensão nacional (governos, partidos, empresas, associações de classe, organizações da sociedade civil).

Um esforço de síntese do pensamento marxiano para a análise da política (ou uma teoria marxiana da política), uma vez expostos ao longo desse texto alguns elementos que julgamos importantes da concepção de Marx sobre a política, consiste em: a política é, nas sociedades de classe, luta ou lutas entre classes e frações de classes sociais, cujos interesses, divergentes ou convergentes, são em última instância interesses materiais. A ação política é uma ação de classe, mas ela não aparece como tal, pois a cena política burguesa oculta o carácter de classe da ação, ou seja, dissimula a relação de interesses existente entre de um lado as classes sociais e suas frações e de outro seus representantes, os partidos políticos, jornais e organizações diversas. Essa luta de classes assume formas das quais depende a estabilidade da sociedade de classe:

de lutas por reformas e por rearranjo das relações entre classes e frações a lutas em torno de padrões fundantes e alternativos de organização da vida em sociedade (capitalismo ou socialismo). A luta de classes se concentra na disputa pelo poder do Estado, o que significa que a política tem como objetivo estratégico manter, influenciar ou conquistar o poder institucionalmente concentrado no Estado e, concomitantemente, que o Estado organiza a dominação de classe. Mas não podemos pensar a luta de classes confinada ao espaço nacional, pois o nacional e o internacional são dimensões indissociáveis, entre as quais se dão as relações de classe – econômicas e políticas –, conflituosas ou não, mediadas e fragmentadas pelos Estados. Marx se insere num tradição realista ocidental de pensar a política, ao tratá-la como luta de interesses – a (re)produção de vitoriosos e derrotados –, mas com as inovações do materialismo histórico, que articulada tais interesses com a posição de classe ocupada pelos agentes sociais.

## Referências

- ALTHUSSER, L. **A favor de Marx**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- BOITO JR. A. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: Unesp, 2007.
- BUGIATO, C. Marx e Engels: política internacional e luta de classes. In: **Carta Internacional**. Belo Horizonte, v. 13, n. 3, 2018.
- CARNOY, M. **Estado e teoria política**. 17. ed. Campinas: Papirus, 2013.
- COHAN. A. S. **Teorias da revolução**. Brasília: Ed. UNB, 1981.
- ELSTER, J. **Marx hoje**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Escala Educacional, 2009.
- ENGELS, F. **As guerras camponesas na Alemanha**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

ENGELS, F. **Revolução e contrarrevolução na Alemanha**. Lisboa: Edições Avante!, 1981.

HALLIDAY, F. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1990.

MARX, K e ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K e ENGELS, F. Mensagem do comitê central à liga [dos comunistas]. In: MARX, K e ENGELS, F. **Luta de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, K e ENGELS, F. Reivindicações do partido comunista da Alemanha. In: MARX, K e ENGELS, F. **Luta de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, K. A burguesia e a contrarrevolução. In: MARX, Karl. **Nova Gazeta Renana: artigos de Karl Marx**. São Paulo: Educ, 2010c.

MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011c.

MARX, K. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo, 2012a.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012b.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, K. **Luta de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013b.

MARX, K. **O Capital: Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013a.

MARX, K. **O Capital: Livro III**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

SAES, D. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. In: **Crítica Marxista**. Rio de Janeiro: Xamã, nº 07, 1998.